



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 18 DE DEZEMBRO DE
2015**

NÚMERO 5

INICIO 20.30 HORAS

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2015 -----

Nº. 05/2015 -----

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital número catorze barra dois mil e quinze, de quinze de setembro de dois mil e quinze, tendo comparecido os seguintes Vogais: - António Manuel dos Santos Mendes, Rogério Paulo de Sousa Palácio; Maria do Rosário Costa Martins; Célia Maria Rodrigues Abreu; Rui Manuel Ferreira; Celestino da Cruz Freire; Sónia Cristina Marques Varino; Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira; Virgílio Manuel Rosa André; Raquel Martins Gaspar; João Carlos Baião da Silva; Jorge Manuel Louro Pereira e António José Calado Martins Pinheiro. -----

Os vogais Rui Paulo Serras Vermelho (PS) e Mário Rodrigues Pereira (PS) faltaram à sessão, tendo este último justificado antecipadamente a ausência. -----

Também esteve presente para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos e Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira. -----

A Mesa da Assembleia Municipal, que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma:
- Presidente – António Manuel dos Santos Mendes, 1.º Secretário - Rogério Paulo de Sousa Palácio, 2.º Secretário - Maria do Rosário Costa Martins. -----

ABERTURA -----

Verificando-se a existência de quórum o Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão e deu posse como vogal da Assembleia Municipal à cidadã Vanessa Isabel Nascimento Almeida em substituição de Carlos Manuel Marques Alves (PS), por renúncia de mandato. Em seguida iniciou os trabalhos com o período antes da ordem do dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Presidente da Assembleia Municipal – O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação para discussão a ata da reunião da Assembleia Municipal realizada no dia 26.06.2015. Ata aprovada por maioria, com quinze votos a favor e uma abstenção do CDS-PP. -----



Concluído o período antes da ordem do dia, a segunda secretária procedeu à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva ordem de trabalhos, que o Presidente da Assembleia Municipal submeteu à aprovação dos vogais, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Período da Ordem do Dia -----

1. Período reservado à intervenção do público; -----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2016; -----
3. Análise, discussão e eventual aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2016; -----
4. Análise, discussão e eventual aprovação do Mapa de Pessoal de 2016; -----
5. Análise, discussão e eventual aprovação de Abertura de Procedimento Concursal Comum a candidatos sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de Técnico de informática para a área de sistemas informáticos e informação da Divisão Municipal Administrativa e Financeira; -----
6. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de Renovação do prazo compreendido entre a deliberação da autorização da Assembleia Municipal a que se refere o n.º 1 do art.º 64.º do OE de 2015 e a data de homologação da lista de classificação final; -----
7. Análise, discussão e eventual aprovação do Projeto de Regulamento para cargos de direção intermédia de 3.º grau do Município de Constância; -----
8. Análise, discussão e eventual aprovação do Projeto de Regulamento de preços e tarifas do Município de Constância; -----
9. Análise, discussão e eventual aprovação do Projeto de Regulamento para venda de terrenos municipais destinados a construções urbanas; -----
10. Análise, discussão e eventual aprovação do Projeto de Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão de refeições escolares; -----
11. Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
12. Outros assuntos de interesse. -----

PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não se registou nenhuma intervenção do público. -----



2. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2016; -----

Presidente da Câmara Municipal – Clarificou que a taxa municipal direito de passagem, objeto de deliberação em anterior assembleia municipal, com base no pressuposto de que as operadoras imputavam esses mesmos custos aos munícipes, tendo-se deliberado isentar a respetiva taxa. Contudo, a legislação foi alterada no sentido de as referidas operadoras não poderem cotar esses mesmos custos, pelo que entendeu a Câmara Municipal aprovar então aplicar a taxa 0,25% e submeter a assembleia municipal. -----

Proposta aprovada por **unanimidade**. -----

3. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2016; -----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu que o documento em análise foi elaborado num contexto de incerteza no que respeita às transferências do orçamento de estado para os municípios e utilização de fundos comunitários, assim como de incerteza face a receitas de impostos municipais designadamente o IMI, IMT, IUC e a derrama. Referiu que neste quadro de incerteza considera o presente orçamento como o mais pobre dos últimos anos no município de Constância em termos relativos. Verificamos aumento das despesas, quer pelo aumento da eletricidade, quer de bens de consumo, assim como do IVA. Por outro lado, em termos de cumprimento da lei das finanças locais faz que este orçamento, observe o cumprimento da legislação. Consideramos um orçamento feito com rigor onde se procurara assegurar dotações das rubricas indispensáveis aos compromissos e rúbricas correntes de prestações de serviço com a recolha do lixo, iluminação pública, saneamento, água, os vencimentos, transportes escolares, refeitório escolar, entre outras. Em termos de receita nós dependemos do estado em cerca de setenta por cento da nossa receita. No que diz respeito a despesas de capital pretendemos salvaguardar a necessidade de concluir o centro escolar de Montalvo e a ampliação do cemitério da Portela. Referiu que este orçamento também só é possível tendo em conta o equilíbrio financeiro que o município conseguiu manter. Anunciou que prevê que os valores agora apresentados serão complementados depois da aprovação das contas, em abril 2016. Terminou dizendo que espera no próximo ano ver o orçamento aumentado no que diz respeito á receita. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Salientou que um fator que onerou bastante as autarquias foi o IVA da energia, ao passar de seis para vinte e três por cento, que se traduz em milhares de euros anualmente que penalizam as autarquias em favor do governo central. Referiu ainda que o fundo de apoio municipal é a penalização dos municípios com uma gestão rigorosa no sentido de não se endividarem, favorecendo os municípios que sempre foram gastadores dos dinheiros públicos, muitas vezes mal gastos, e que nós estamos a pagar, o que

não é admissível. No plano e orçamento realçou a transferência da receita corrente para a despesa de capital. Constatou estamos perante um dos planos de atividades e dos orçamentos mais pobres nos últimos anos, salvaguardando as prioridades do executivo relativamente ao centro escolar de Montalvo, ampliação do cemitério da Portela, apoio às associações, bombeiros voluntários e IPSS. Considerou bastante interessante a criação de uma ZIF com uma perspetiva intermunicipal. Salientou o facto de o orçamento atual apresentar um valor de receitas trinta e um por cento mais baixas que as receitas de 2012, ou seja em 2012 tivemos dois milhões e trezentos mil euros mais de receita comparativamente a 2015. -----

Presidente da Assembleia Municipal - Quem lê os documentos em análise ficará com uma ideia do que é este concelho, o nosso concelho. Não poderá ficar a conhecê-lo, a ligação permanente às pessoas deverá surgir espontaneamente, permite não perdermos a identidade e reforçar a confiança. Nós conhecemos melhor o concelho se o percorrermos. Temos um município estruturalmente bem arrumado. É evidente que o estrangulamento provocado com a falta de uma nova ponte limita ou anula qualquer estratégia de coesão territorial. A nossa rede viária é boa, nota-se aqui e ali necessidades que resultam de abatimentos na via, alguns pontos degradados, e pequenos ou maiores arranjos em passeios, largos ou outros espaços. Faltarão algumas pavimentações, que são ambições naturais de quem por aqui vive. A rede de águas e saneamento é satisfatória, a remodelação realizada em todo o concelho, as ampliações e correções feitas permitem esta conclusão. Mas é bom não esquecer a necessidade do emissário de ligação dos esgotos da Vila de Constância à ETAR do Caima, bem como a ligação de outras pontas onde ainda não se chegou ou a velhice aconselha a substituir ou a renovar. Em relação à rede de água existe uma enorme lacuna que considero de alguma preocupação. A EPAL não está a cumprir com a lei no que lhe toca às responsabilidades de entidade fornecedora de água. É sua obrigação resolver a questão da construção de um reservatório em Vale de Mestre, que aumente a capacidade do existente de acordo, aliás, com o projeto que a própria EPAL fez. A armazenagem, de água em caso de falta de energia, é muito incipiente na freguesia de Santa Margarida daí eu acabei de expor, aliás do conhecimento dos senhores presidentes da Câmara que me sucederam. O que acontece em Santa Margarida, se faltar a energia durante uma ou duas horas, é que as partes altas ficam sem água porque a estação de bombagem não funciona na aldeia e logo a água não pode chegar aos reservatórios, isso felizmente não acontece em Constância nem acontece em Montalvo. O nosso concelho não está nada mal relativamente aos equipamentos que já têm ou irá ter, é claro que faltarão alguns, faltarão sempre isto ou aquilo, faltarão sempre, pelo menos melhorar a eficiência e eficácia do fim a que esses equipamentos se destinam. Não deixo, contudo, de apontar o seguinte: existem equipamentos a necessitarem de conservação urgente, existem equipamentos que poderão pôr em causa a segurança dos seus utentes nomeadamente parques infantis. O Parque ambiental de Santa Margarida com toda a força com que tem afirmado e projetado o Concelho, necessita de um olhar muito carinhoso todos os dias. Para quando ver novamente a funcionar a razão de tantas visitas sobretudo de escolas, era o ciclo do ar, o ciclo da



água e o ciclo da energia que deixaram de funcionar, estão inativos. O laboratório na ecoteca deveria atrair, como já atraiu, estudantes, professores e outras pessoas. A circulação da água e formação da cascata entre os lagos dá muita vida a todo aquele conjunto, e já não funciona há alguns anos, pelo que sei por avaria de uma ou duas bombas. O Parque Ambiental de Santa Margarida necessita de conservação corrente quase diária, mas existem outros equipamentos para os quais é necessária atenção e a mesma preocupação. Destaco o campo de jogos em Malpique onde a sua requalificação é urgente, o açude na Aldeia bem como outras pequenas ou maiores infraestruturas em Montalvo e Constância. Não devo deixar de sublinhar, pela positiva, a afirmação do Centro Ciência Viva, que muito tem divulgado a astronomia e que a Câmara tem sabido acarinhar e apoiar. Numa área diferente lembro-me de algumas medidas que já foram ou estão a ser tomadas para que a câmara se liberte de algumas construções no centro histórico, sabido como o é, que a bolsa financeira chegou a existir para recuperar, vender ou arrendar habitações degradadas não está criada tendo-se assumido outras opções. Não creio descobrir seja o que for se afirmar que todos nós gostaríamos de ter na Casa Memória de Camões e Jardim Horta dinâmicas e atividades para mal da vida do concelho tardam. É evidente o esforço e dedicação dos que estão á frente dessa instituição deve ser enaltecido e valorizado. A Casa Memória de Camões, o Jardim Horta Camoniano e tudo que se relacione com o poeta e a Vila terão, ou deverão merecer abordagem que suponho apenas terem êxito com instituições com vocação e conhecimento nestas áreas. No passado foram desperdiçadas oportunidades que dificilmente veremos recuperadas. No início referi a falta da ponte como fator de enorme estrangulamento desta região e do nosso concelho. Atrevo-me a considerar que o que mencionei sobre a Casa Memória poderá ser entendido como uma asfixia também á nossa afirmação. Uma palavra de apreço pelo que as associações e empresas vão fazendo no nosso concelho. Ainda um olhar sobre a nossa floresta: A floresta do nosso concelho foi e tem vindo a ser dotada de estradões que a estruturam e caminhos que os complementam e se articulam numa malha em que se pensou o escoamento do que a floresta nos dá, o combate aos incêndios e o lazer. Foram abertos estradões com apoio dos militares e das empresas, seria importante não se degradarem muito mais. Os sinais dessa degradação sentem-se no estradão a nascente de Malpique, aquele que nasce próximo da polícia militar, bordeja toda a encosta da ribeira de Alcolobre e termina próximo da capela mortuária de Malpique. O mesmo acontece com o estradão da ribeira da Foz, na zona da Pereira à EN 118, também o estradão que ligava a zona alta de Montalvo (Montalvinho) á estrada de Martinchel, próximo do cemitério da Amoreira, e a ligação ao Casal de Serra. A nossa floresta necessita de intervenção nestes e outros estradões e caminhos. Não será possível recebermos apoio dos militares, de empresas ou eventualmente da candidatura que foi ou será feita a fundos comunitários para reposição de prejuízos decorrente dos incêndios deste ano? Também não deixo de registar que algumas empresas florestais degradam bastante a nossa rede viária e apenas aqui deixam o oxigénio que as arvores libertam, é bom serem sensibilizados para as dificuldades do Município. O nosso concelho e a sua gestão tem encargos muito elevados. Não será nada fácil reduzi-los mas terá de ser feita alguma coisa nessa procura, assim como no



aumento de receitas. Os encargos enormes com a iluminação pública, com funcionamento de edifícios refiro-me ao consumo de eletricidade á energia, funcionamento de diversos equipamentos, encargos com pessoal, vencimentos, luz, saúde, segurança social, caixa geral de aposentações, aqui apetecia-me fazer uma pergunta, que não sei se haverá respostas, a câmara será compensada e com a reposição dos vencimentos das carreiras dos funcionários? Os encargos também que se sentem com os transportes escolares, com a frota automóvel, com a comunidade intermunicipal e muitos outros encargos correntes, como é visível nos documentos que temos. Também temos o encargo com os investimentos que foram feitos e recorreremos á banca como aliás é tratado na introdução. As palavras que vou deixar vão direitinhas ao executivo municipal. Se me permitem deveriam refletir na possibilidade de iniciarem ou reiniciar o caminho já deu alguns frutos de encontrar Mecenas que colaborem com o Município. Hoje existem grandes fundações que gerem milhões de euros com este fim. Dentro do que as leis prevêem, talvez não seja errado tentarmos este caminho para se chegar mais rapidamente onde pretendemos: satisfazer a comunidade e promover bem estar e crescimento económico e social. Mas como mencionei, cabe ao executivo refletir sobre o assunto. Um outro assunto que gostaria de deixar também para reflexão é este: O que queremos, o que quer o executivo e a comunidade para a quinta D. Maria em Montalvo? Quando a quinta D. Maria foi adquirida houve contactos com empresas, e estão aqui pessoas que os fizeram, nomeadamente com o Museu do Pão em Seia para que aqui, se desenvolvesse um projeto com conceitos semelhantes, através da temática do azeite. Não tivemos na altura sucesso. Como sabemos o centro escolar de Montalvo está a ser construído noutra local, a ideia de ser ali na quinta D. Maria pertence ao passado. Deveria ser desenvolvido um estudo com aquilo que o município, (câmara, junta da freguesia, comunidade) gostariam de perpetuar e erguer. Se a ideia fosse suficientemente inovadora e realista talvez a COTEC conseguisse divulgar e vender o projeto de investimento, caso contrário, a câmara municipal terá de se empenhar para encontrar um grupo económico que faça daquele espaço um moderno polo de desenvolvimento e memória. Por último e pedido compreensão se me alonguei, deixo-vos com três questões. Onde está a Associação Nacional de Municípios Portugueses? A nossa associação? O seu papel em termos de imagem político ou reivindicativo é apagado ou ignorado. Não se ouve, não se vê, não se sabe que ideias tem na defesa e afirmação do poder local. Começou-se a falar da nova alteração da lei das finanças locais. Constância tem um passado rico na defesa de ideias e conceitos da governação local, como alguns se recordarão, já que entre outras coisas correu na nossa Vila uma jornada histórica do Movimento dos Pequenos Municípios, nascido duma reunião do Concelho Geral e de vários contactos então feitos, que com êxito fizemos abortar o que seria a morte lenta dos pequenos municípios se o projeto de Lei das Finanças Locais não tivesse sido alterado, conforme propostas dos pequenos municípios. Por vezes é necessário erguer a voz com convicção e ideias. Sinceramente não acredito isso resulte como li na pequena notícia e cito a ANMP de que as autarquias querem que o diferencial do Fundo de Equilíbrio Financeiro seja canalizado para a capitalização do Fundo de Apoio Municipal. Eu pessoalmente não me revejo em nada nisto, como sabem somos acionistas da empresa



distribuidores de gás natural da nossa região a Tagus gás. Esta empresa já deveria ter dotado o nosso Concelho com rede de gás natural. Se isso não aconteceu enquanto os fundos comunitários atribuem algum apoio, então adeus gás natural para Constância e outros pequenos e dispersos municípios. Não falei do Centro Náutico não por qualquer razão especial. É claro que lamento, como presumo todos, ou muitos de nós, vemos que o projeto inicial com os outros municípios e a Nersant abortou. Desejo que o processo em desenvolvimento traga mais-valias e oportunidades que só se conseguirão, no meu entendimento, com dinâmicas e gestão empresarial. Muito obrigado. Bem sei que não fiz perguntas, o que pretendi foi deixar o meu olhar, um olhar de quem tem tempo para ler os documentos que nos enviam e dentro daquilo que entendo trouxe o que acabei de ler, pergunto se alguém mais deseja dizer da sua justiça.

Proposta aprovada por **maioria** com onze votos a favor, sendo dez da bancada da CDU e um da bancada do CDS-PP, cinco abstenções da bancada do PS. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) - A CDU apresenta declaração de voto (*Anexo 1*). -----

4. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DE 2016; -----

Presidente da Câmara Municipal – Contextualizou o assunto referindo que existem duas alterações, designadamente abertura da proposta de lugar a prover de técnico de informática e de um dirigente intermédio de 3º grau. -----

Proposta aprovada por **maioria** com onze votos a favor, sendo dez da bancada da CDU e um da bancada do CDS-PP, cinco abstenções da bancada do PS. -----

5. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM A CANDIDATOS SEM RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE TÉCNICO DE INFORMÁTICA PARA A ÁREA DE SISTEMAS INFORMÁTICOS E INFORMAÇÃO DA DIVISÃO MUNICIPAL ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA; -----

Presidente da Câmara Municipal – Contextualizou com a necessidade de reforçar os recursos humanos da área informática, pois o município apenas conta com dois técnicos de informática, o que em consonância com a evolução do funcionamento dos organismos não permite responder adequadamente às necessidades.

Proposta aprovada por **maioria** com onze votos a favor, sendo dez da bancada da CDU e um da bancada do CDS-PP, cinco abstenções da bancada do PS. -----



6. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DO PRAZO COMPREENDIDO ENTRE A DELIBERAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A QUE SE REFERE O N.º 1 DO ART.º 64.º DO OE DE 2015 E A DATA DE HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL; ---

Presidente da Câmara Municipal - O concurso para técnico superior direito está praticamente concluído, já terminou o período de audiência prévia, mas o procedimento concursal poderá ultrapassar os seis meses, o que nos obriga, caso se verifique, a que a Assembleia Municipal se pronuncie novamente. -----

Proposta aprovada por **unanimidade**.-----

7. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA; -----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu que organograma compreende três cargos de direção, designadamente dois cargos de direção de 2º grau que são os atuais chefes de divisão e um cargo de direção intermédia de 3º grau. Decorrente da legislação, impõe-se que a assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, defina a retribuição salarial do mesmo cargo. -----

Proposta aprovada por **maioria** com onze votos a favor, sendo dez da bancada da CDU e um da bancada do CDS-PP, cinco abstenções da bancada do PS. -----

8. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DE PREÇOS E TARIFAS DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA; -----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu que o documento em análise foi um documento moroso na sua elaboração devido à complexidade legislativa a que obedece e ao facto de atender a questões relacionadas com a categorização de receitas do município, designadamente tarifas, taxas e preços que resultam de um estudo pormenorizado. Não obstante o rigor no apuramento do custo real, compreende sempre um determinado grau de subjetividade. -----

Proposta aprovada por **maioria** com quinze votos a favor, sendo dez da bancada da CDU e cinco da bancada do PS, uma abstenção da bancada do CDS-PP. -----

9. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO PARA VENDA DE TERRENOS MUNICIPAIS DESTINADOS A CONSTRUÇÕES URBANAS; -----

Presidente da Câmara Municipal – Clarificou que o documento em análise e discussão se encontra na sua versão final. -----

Proposta aprovada por unanimidade. -----

10. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E GESTÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES; -----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu que estamos perante um documento que regula o funcionamento e gestão de refeições escolares. -----

Proposta aprovada por unanimidade. -----

11. APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NRº2 DO ART.º 25 DA LEI 75 DE 2013 DE 12 DE SETEMBRO; -----

Presidente da Câmara Municipal – Clarificou que a informação e apreciação se reporta aos meses de outubro, novembro e dezembro e compreende o resumo diário de tesouraria. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Saliu a dignidade da cerimónia de comemoração do dia de fundação do concelho, com a iniciativa Gostar Constância. Apresentou os parabéns ao Município pela iniciativa e lamentou a ausência de autarcas num evento em que são homenageadas pessoas que têm mérito na nossa comunidade. Realçou a iniciativa levada a efeito no dia da floresta autóctone com a florestação de um parque, propriedade da Câmara, que ardeu. Teceu ainda considerações alusivas à importância da captação de fundos comunitários, relevando a necessidade da realização de planos integrados de todas as instituições de ensino, ação social e outros. Respeitante às contas apresentadas, salientou o facto de em termos de juros, em 2012 pagamos oitenta e cinco mil euros de juros sobre os empréstimos contraídos, em 2015 pagamos quarenta e seis mil euros. Solicitou que a informação fosse complementada de um quadro com a evolução da dívida do município ao longo dos anos, assim como de um mapa comparativo do recebimento do IMI dos últimos anos. -----

Vogal Virgílio André (CDU) – Referiu não vislumbrar nos documentos distribuídos informação detalhada referente a empréstimos, nomeadamente o que foi contratado e qual o tipo de negociação para as alterações das taxas. A informação evidencia a existência de oito empréstimos que não tiveram alteração de taxa e outros que tiveram redução de taxa em relação ao mapa que recebido. Questionou porque é que os empréstimos de maior valor são os que não tem alteração de taxa. Referiu ser importante que alguém se debruçasse sobre as cláusulas contratuais dos empréstimos. Questionou ainda o processo de renegociação dos empréstimos contraídos na medida em que apurou que os empréstimos podem ser renegociados e há até inclusive algumas câmaras que os renegociaram, pelo que gostaria de saber qual é a situação em que o município se encontra no que ao assunto respeita. -----



Presidente da Assembleia Municipal – Questionou se a adjudicação dos serviços referidos na página 1 respeita a uma licenciada em biologia, e onde está a trabalhar, se no borboletário no Parque Ambiental ou noutra local. -----

Presidente da Câmara Municipal – Clarificou que a adjudicação anteriormente referida corresponde ao questionado, sendo a sua intervenção essencialmente no Parque Ambiental em geral e na área do funcionamento do borboletário em partícula, podendo ainda compreender outras áreas de intervenção no âmbito da natureza e a biodiversidade animal e vegetal. Relativo à questão mencionada pelo senhor Vogal Virgílio André, solicitou intervenção da Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira. -----

Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira – Informou que as negociações com a Caixa Geral de Depósitos são as que envolvem maior volume de empréstimos, havendo informação que esta não iria baixar substancialmente o *spread* contratado porque a média dos empréstimos era demasiado baixo não havendo margem para negociação foi-nos dito também que iriam enviar uma proposta, que ainda estamos a aguardar. -----

Vogal Virgílio André (CDU) – Clarificou que não compreende nem admite como não podem baixar o *spread* com base na média dos empréstimos contraídos. Havendo empréstimos com *spread* de 1% e outros a 8%, sendo que o realizado ao *spread* de 1% não foi efetuado com prejuízo da entidade bancária. Refere que em sua opinião os três empréstimos iniciais de 733 mil euros, 140 mil euros e 300 mil euros que são os que tem as taxas mais altas se tivessem uma redução de *spread* em média de 1%, o município pouparia cerca de 27 mil euros. Pelo que agradecia que este assunto fosse tomado em muita consideração. -----

13. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Questionou dos resultados relativos ao amianto na antiga escola do primeiro ciclo. Referiu ainda no respeitante ao processo de reabilitação da ponte sobre o tejo, que seria importante a sua inclusão no plano rodoviário nacional. -----

Vogal Celestino Freire (CDS-PP) – Apresentou votos de boas festas a todos os órgãos presentes. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo – Questionou do desenvolvimento das obras no centro escolar de Montalvo, da situação dos parques infantis e também da quinta D. Maria, nomeadamente que projetos a autarquia tem para esse espaço. Apresentou votos de boas festas. -----

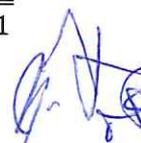
Vogal Rogério Palácio (CDU) – Questionou para quando a cobertura do concelho com rede fibra ótica que possibilite a todos os residentes poderem trabalhar com uma velocidade de acesso internet condigna. -----

Vogal Virgílio André (CDU) – Apresentou votos de boas festas em seu nome e em nome da bancada da CDU.



Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos – Informou que dos dois locais em que o município tem cobertura de fibrocimento, foi enviada uma amostra para se verificar se na sua composição existe ou não amianto, pois ser fibrocimento, não quer dizer que tenha amianto. Constatado que na sua composição existia amianto recorreu a uma empresa certificada fez avaliações no local, escola primária e armazéns em vale de mestre, tendo esta concluído que as emissões de partículas de amianto encontradas por centímetro cubico são no máximo inferiores a dez vezes que a lei prevê. Face disto não temos qualquer problema relativamente á eventualidade de haver emissões de partículas de amianto para a atmosfera. Continuamos a acompanhar a situação em função da legislação vigente, contando monitorizar novos resultados dentro de dois anos. -----

Presidente da Câmara Municipal - Relativamente às outras questões equacionadas pelo vogal Rogério Palácio, que manifesta uma vez mais a necessidade de fibra ótica em toda a Freguesia de Santa Margarida. Infelizmente esta é uma das situações que nós gostaríamos de ver melhorada. Esta acessibilidade é também uma acessibilidade que é capaz neste momento de atrair mais pessoas em termos de fixação de residência, do que se calhar outro tipo de equipamento, uma pessoa não vai morar para um sitio que não tenha internet e, portanto, não posso deixar de lhe dar mais razão sendo que temos insistido junto dos responsáveis, inclusivamente temos o espaço internet no parque Ambiental de Santa Margarida que carece dessa infraestrutura. Por razões economicistas ainda não foi acedido a resolução deste problema. Depois relativamente á questão da ponte não tenho nada a acrescentar, naturalmente todos nós estamos de acordo com o que foi dito pelo Vogal Rui Ferreira. Relativamente á intervenção do senhor Celestino Freire quero agradecer as suas palavras e desejar-lhe também um feliz ano novo, e um bom ano, por outro lado não posso deixar de lamentar a sua indisponibilidade em participar na voz dos eleitos no boletim municipal que vai sair na próxima semana. Relativamente á questão relacionada que foi colocada pelo senhor presidente da junta dizer relativamente aos parques infantis, designadamente ao parque infantil de Montalvo que está junto ao sobreiro que necessita de alguma intervenção, estão a ser feitas dentro do que é a nossa possibilidade e dos desenvolvimentos burocráticos que temos que fazer. Também sabemos que no caso concreto a empresa Carmo, já não consegue a certificação exigida pela ASAE, que esteve no local. Esta documentação na altura de construção do referido parque não era exigida. O assunto carece de reflexão conjunta sobre os parques infantis de todo o Concelho. Relativamente ao centro escolar de Montalvo refiro que há uma contratualização entre a Comunidade Intermunicipal e a CCDR Centro. Há verba de um milhão cento e onze mil seiscentos e cinquenta mil euros e informo também o concurso do centro escolar que está pronto para ser lançado a todo o momento. Relativamente á quinta D. Maria, neste momento a única questão que vos posso adiantar e que temos pensado é de facto, na parte do projeto de restauração abrir um procedimento concursal quando tivermos um interessado. Pode haver a possibilidade de um arrendamento poder reverter em 25 ou 30anos, para o próprio arrendatário, sendo que tem que fazer lá



tudo. Esta assembleia municipal do meu ponto de vista foi uma assembleia bastante construtiva, foi bastante construtiva, foi uma assembleia onde se trataram problemas do concelho, e trazer para uma assembleia municipal os problemas que nós todos sabemos que existem, trazer para um órgão próprio onde devem ser discutidos, não há nada melhor do que isso. No executivo camarário as forças políticas com ideias diferentes, opiniões diferentes que se apresentaram às eleições autárquicas com pontos iguais e outros diferentes, e portanto em termos do executivo camarário, nós temos vindo a trabalhar e quero dizer-vos o balanço que faço é um balanço positivo em termos do nosso relacionamento, quer pessoal, quer institucional, isto para dizer é perfeitamente natural que o executivo camarário por via das competências que tem é um órgão executivo não é deliberativo, tenha acesso a mais informação do que o próprio órgão deliberativo, nós reunimos de quinze em quinze dias que é necessário e o órgão deliberativo reúne cinco vezes por ano. Por outro lado, dentro do órgão executivo também é perfeitamente natural que os elementos do PS que não estão todos os dias na câmara detenham menos informação do que nós os três e ainda assim dentro de nós os três também muitas vezes não sabemos tudo aquilo que se faz porque não há tempo para andarmos os três a fazer a mesma coisa. Ora isto para dizer o quê? Para dizer que o município tem problemas que carecem de resolução, mas também há prioridade na sua resolução. Estou na câmara municipal desde 1994, trabalhei com vários executivos e hoje tenho as funções que tenho, sei a evolução que as coisas tiveram, as alegrias que tivemos, as tristezas que tivemos, as preocupações que tivemos e que hoje acontecem. Efetivamente o grande desafio que eu acho que temos pela frente e agradeço as palavras de estímulo que tivemos e que o executivo teve particularmente é hoje as intervenções que vieram á assembleia municipal, mas por outro lado não posso deixar de dizer que temos um grande desafio pela frente, é nós todos sem exceção participarmos ativamente e civicamente na vida da nossa comunidade, e se a população toda tem essa obrigação mais do que ninguém os eleitos tem esse dever, não por vontade mas tem o dever de participar. Depois quero anunciar que no próximo mês de janeiro nós vamos fazer três sessões abertas á população uma em cada sede de freguesia exatamente para fazer uma reflexão, e uma reflexão que pode dar origem a muitas reflexões, a reflexão tem a ver exatamente com um pretexto, o pretexto do orçamento que temos daquilo que gostávamos de fazer, prometemos, e daquilo que não é possível fazer. E portanto fica já aqui o convite para participarem e por outro lado para fomentar a participação, o que importa é que apareçam pessoas com ideias diferentes, nos confrontem, que dêem sugestões e também que tenham oportunidade do ouvir as razões, as alterações o que é que mudou as nossas dificuldades efetivamente na assembleia municipal, nós estamos aqui para sermos interpelados e não temos tempo de antena para podermos rebater tudo aquilo que nos é dito e explicado portanto há situações que merecem uma reflexão para nós depois focarmos a nossa energia naquilo que é verdadeiramente prioritário. Agora posso dizer- vos que mais uma vez e para terminar, que vou terminar o ano muito feliz naquilo que tem a ver com a nossa intervenção no trabalho autárquico e partilho essa felicidade não só com os colegas do executivo da câmara mas também pelo trabalho que os quatro exercem comigo na câmara



que não obstante as dificuldades temos conseguido saber resolver problemas que não se vêm mas que deixam muitas vezes as pessoas também mais felizes, porque deixam de gastar 500€ ou 600€ euros, porque nós avançamos mais depressa com o papel do que era previsto porque nós participamos nas atividades das escolas e verificamos e olhamos para aquelas crianças atenção não é possível no universo de 800 alunos, cada um com dois pais e com avós e tios a opinarem, não é possível que seja tudo do agrado de todos, agora é uma felicidade saber que aquelas crianças desde do pré escolar tem preocupações quer a nível dos profissionais, tem a função de ensinar quer a nível dos autores extra muros da escola que se unem para lhes proporcionar uma educação de qualidade, e nós muita vezes não sabemos o que temos, nós muitas vezes não damos valor ao que temos. Não acredito que uma família não escolha um concelho para viver sabendo que existem respostas sociais quer na área dos bebés, quer na área da infância, e estou a falar dos 3 aos 10 anos e estou a falar inclusivamente de idosos que podem ir trabalhar e que tem uma retaguarda de associações que lhes dá cobertura que os deixa trabalhar sossegados. Também não quero acreditar que uma pessoa não escolha um concelho para viver onde gasta menos dinheiro porque tem uma piscina, porque tem um pavilhão, porque tem equipamentos sociais, porque tem um parque infantil por aldeia e dois por freguesia. Estou a falar em Montalvo e Constância e na freguesia de Santa Margarida um por aldeia, penso que são estas coisas que marcam a diferença, é aquilo que de bom as pessoas têm para viver melhor. E depois saberem que tem nos órgãos da câmara, nos seus eleitos, interlocutores portanto eu terminava dizendo isto e dizendo que de facto vivem-se momentos difíceis. O momento em que a sociedade evoluiu e ainda bem que as pessoas são mais exigentes e ainda bem os pais querem o melhor para os seus filhos e ainda bem, devem reclamar mais e que tem o direito de saber porque é que as coisas que elas consideram mal aconteceram, e depois até mudaram de ideias tem todo o direito também tem deveres naturalmente, mas também chegou a altura de nós com coragem e determinação não termos medo de dizermos por onde é que queremos ir e o que é que vamos optar ou seja, nós temos o orçamento que temos, nós temos os nossos impostos municipais e depois não podemos querer ter duas coisas, que é termos uma atitude impávida e serena como eu vi ao longo destes últimos anos de governo e ninguém participar ativamente e civicamente em ações de protesto como por exemplo junto ao Centro Hospitalar do Médio Tejo cujo problema persiste e houve manifestações, nós não nos podemos demitir das nossas funções. Terminava dizendo que sou uma pessoa que o que mais felicidade me traz são as relações interpessoais, sou uma pessoa que gosta de ouvir opiniões diferentes, gosto de ouvir sugestões, sou teimosa difícil de me convencer e aquilo que eu menos gosto de ouvir é imediatamente perante um problema dizer-me não é possível. Que o ano 2016 seja de facto um ano em que nós para além do trabalho que temos, para além das horas de trabalho que têm, para além do tempo livre que têm, venham á câmara participem nas reuniões que nós vamos promover, participem na vida das associações. -----



Vogal Celestino Freire (CDS-PP) – Justificou ausência de participação no boletim municipal devido a alterações no seio da força política que representa. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA -----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO -----

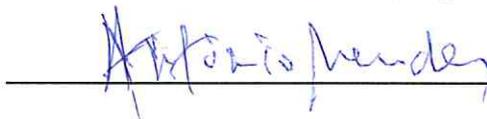
E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e dez minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,

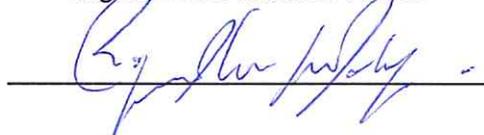
Presidente

António Manuel dos Santos Mendes



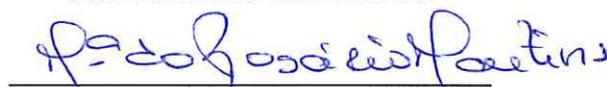
Primeiro Secretário

Rogério Paulo de Sousa Palácio



Segundo Secretário

Maria do Rosário Costa Martins



Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2016

Declaração de Voto

Sendo os documentos em causa sempre um exercício estimativo baseado nas opções que cada executivo realiza sobre as carências mais sentidas no território não posso, em primeiro lugar deixar de salientar, a aproximação cada vez mais exata feita, ano após ano, do que são as verdadeiras capacidades financeiras do município tornando na prática a documentação referida, na realidade com que iremos conviver durante o novo ano que se avizinha.

Pela razão exposta quero deixar uma palavra de apreço ao realismo do Executivo Municipal, extensivo a todos os técnicos da autarquia, que trabalharam na elaboração dos documentos apresentados. **APRESENTADOS.**

A opção da conclusão do Centro Escolar de Montalvo, há tanto ansiado e que tanta falta faz ao desenvolvimento do ensino com uma melhor qualidade nesta freguesia, e a ampliação do cemitério da Portela que é uma necessidade de grande urgência, são de facto os maiores problemas a que urge dar resposta.

A aposta na educação claramente refletida no Plano, não apenas de forma material como é o caso do já referido Centro Escolar nos vários projectos municipais e intermunicipais contratualizados com a CIMT, será sempre uma área onde permanentemente o município (e o país) deve intervir e investir de forma a que todos possam aceder aos maiores níveis de qualificação no sentido de nos aproximar cada vez mais dos níveis médios europeus.

A preocupação mantida no âmbito das áreas sociais, nomeadamente o apoio a Associações e Bombeiros Voluntários e IPSS, é na realidade um elemento fundamental de desenvolvimento e coesão de toda a comunidade concelhia.

Não posso deixar de referir a inclusão do novo projeto relativo à criação de uma ZIF-Zona de Intervenção Florestal de âmbito supramunicipal e que poderá contribuir decisivamente para um eficaz combate a incêndios e também para uma maior rentabilização da nossa floresta.

Não existirá qualquer dúvida para todos nós de que muito mais será necessário fazer, no entanto se de forma séria e honesta olharmos para a evolução das receitas do município ao longo dos últimos anos e verificar-mos que apenas entre os anos de 2012 e o atual estas receitas diminuíram cerca de 31%, correspondendo a uma diferença de 2300.000€, facilmente chegaremos à conclusão de ser possível fazer melhor.

Pelas razões invocadas e muitas outras que ficam por relevar não poderia a maioria desta Assembleia deixar de votar favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2016.

Os eleitos da EDU

Constância, 18 de Dezembro de 2015